

UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL AGRÍCOLA BRASILEIRA

Mirian Beatriz Schneider Braun*

Joselaine Cristina Zabet**

Odacir Miguel Tagilapietra***

RESUMO: O objetivo deste trabalho será realizar uma análise do desempenho da balança comercial brasileira no período pós-segunda guerra mundial. O que se pretende avaliar é a reação do setor em relação à política comercial implementada, demonstrada através da inserção internacional dos produtos agrícolas brasileiros, levando ainda em consideração as medidas adotadas internacionalmente, relacionadas aos fluxos de produtos agrícolas. Os avanços nas áreas de transportes, comunicações e informática e a derrocada das economias socialistas, provocaram importantes alterações nas rotas do comércio agrícola. Com a assinatura dos acordos da Rodada Uruguai, esse processo adquiriu um novo ímpeto e, atualmente de uma forma ou de outra, todos os países do mundo estão sendo afetados pela crescente liberalização dos mercados e, pelo que isso representa, em termos de aumento no fluxo mundial de bens e serviços e no movimento internacional de capitais. Em termos de economia brasileira o grande legado desse processo foi a modernização da agricultura que modificou sua estrutura com a industrialização da mesma. Atualmente, o tipo de produto, de origem agrícola, que passa a compor a pauta de exportações apresenta diferentes níveis de processamento. Portanto, a análise da balança comercial do conjunto das atividades agroindustriais, hoje, não pode deixar de levar em consideração essas mudanças.

PALAVRAS-CHAVES: balança comercial, inserção, produtos agrícolas.

ANALYSIS OF EVOLUTION OF BRAZILIAN AGRICULTURAL BALANCE OF TRADE

ABSTRACT: The objective this search will be realize an analyze performance of Brazilian balance of trade in period after world second war. Valuation the reaction of sector in relation commercial political, shown through of international insertion of Brazilian agricultural products, considering the rule international related to flood of agricultural products. The advances of transport, communication and informatics and demolished of socialist economy provoked important changes in

* Dra. em História Econômica pela Universidade de León/Espanha; Professora do Colegiado de Economia de Toledo da Universidade do Oeste Paranaense – Unioeste, Pesquisadora do Gepec. mirianbraun@unioeste.br.

** Estudante do Curso de Ciências Econômicas e Bolsista do Programa PIC/Unioeste

*** Professor da Universidade do Oeste Paranaense - UNIOESTE.

rote of agricultural commercial. With signature of Round Uruguay this process created a new impetus and actually all countries of world are reach for liberation of markets that represent an increase of world flood of services and international movement of capital. In Brazilian economy big process was the modernization of agriculture that modifies the structure with industrialization. Nowadays the type of product of origin agricultural pass the compose list of exportation with different level of processing. However the analysis of commercial balance of agro-industry activities, today cannot consider this changes.

KEY WORDS: Balance of trade, insertion, agricultural products.

1. Introdução

A rápida abertura comercial que caracterizou a economia brasileira, a partir do final da década de 80, representada pela diminuição do volume de tarifas de 55%, em 1987 para 14%, em 1995 (num ajustamento às novas normas da OMC), o processo de intensa desregulamentação do Estado, que diminuiu seu poder de intervenção e, ainda, a entrada do país no Mercosul formam um novo contexto de inserção da agricultura.

De início, havia o receio de que essa abertura exporia o setor a concorrentes que recebem subsídios em seus países de origem e, portanto, muito mais competitivos, causando, assim, problemas à agricultura nacional. Isso, no entanto, não aconteceu, conforme demonstram os saldos da balança comercial agrícola, cada vez maiores. Na realidade, os maiores problemas enfrentados pelo setor não tiveram sua origem nas relações com o setor externo e sim em relação à política econômica brasileira.

Os preços internacionais de produtos agrícolas, na década de 90, ao contrário do que ocorreu na década anterior, apresentaram uma grande elevação. Em 1995 atingiam valores muito parecidos com os do início da década de 80. No entanto, a agricultura brasileira somente passou a receber os efeitos dessa alta a partir de 1997, como consequência das supersafras colhidas em 1995 e 1996 e após as desvalorizações cambiais que ocorreram a partir de 1999 (AGROANALYSIS, 2001).

A realidade de preços menores, na economia brasileira, em boa parte da década de 90, foi causada pela tendência de valorização da taxa de câmbio real a partir de 1993 e, mais claramente, com a introdução do Plano Real, em 1994. De fato, pode-se perceber que o “pior da sobrevalorização cambial deu-se entre os anos de 1993 e 1998. Em janeiro de 1999, deu-se uma abrupta desvalorização da moeda e que seguiu em 2001 e 2002 (HOMEM DE MELO, 2002).

Esse evento de menores preços reais não pode ser separado das tentativas de controlar-se o processo inflacionário na economia brasileira dos anos 90. Nesse contexto, os anos de 1994 e 1995 marcaram o início da “âncora” cambial do Plano Real, o mais bem sucedido plano de controle da inflação do

país. Esse período de vários anos de valorização da taxa de câmbio real, com o deliberado objetivo macroeconômico de contribuir como instrumento de controle dos preços internos, causou sérios problemas à economia brasileira, tais como, o expressivo crescimento das dívidas externa e interna, consequência da adoção de uma política de elevados juros reais.

Durante boa parte da década os preços agrícolas estiveram em baixa. Esse comportamento teria sido causado pela tendência de valorização da moeda brasileira em relação ao dólar a partir de 1993 e, mais claramente, com a introdução do Plano Real em 1994. O ponto de maior valorização da moeda e conseqüente de menores preços agrícolas ocorreu ente 1993 e 1998. As principais variáveis que atuaram desfavoravelmente foram: a) política monetária de elevados juros reais; b) sobrevalorização da taxa de câmbio real; c) reduções, em vários casos, excessivas, das tarifas de importação de produtos agrícolas; d) ampliação do diferencial de taxas de juros (interna e externa), causando maior incentivo à realização de arbitragem financeira nas importações (inclusive pelos menores juros nas exportações pelos países desenvolvidos), e crescimento econômico interno relativamente pequeno (a taxa de crescimento do PIB anual médio foi de apenas 1,72% entre 1989 e 1999), fator limitante do crescimento da demanda interna de alimentos (HOMEM DE MELO 2002, p 6 e 7).

De outro lado e, ainda, conforme este autor, um outro conjunto de variáveis teve um comportamento favorável nos anos noventa, as principais foram: a) melhoria, até 1997, das cotações internacionais de produtos agropecuários; b) reduções dos preços reais de insumos agrícolas, principalmente nos casos de fertilizantes, defensivos, medicamentos e máquinas, beneficiados que foram por menores tarifas de importação (abertura comercial); c) a continuação do processo de geração de inovações tecnológicas pelos setores público e privado, destacando-se o papel da EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária -, e d) modificações de política econômica, com destaques para a isenção do ICMS, nas exportações agropecuárias, a partir de 1997 (Lei Kandir), a criação do PRONAF – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – em 1995, assim como a introdução de novos instrumentos de comercialização na política agrícola. As mudanças nas tarifas de importação de insumos, um dos pontos positivos da abertura comercial e as inovações tecnológicas, tenderiam a provocar aumentos na produtividade dos fatores de produção, fato positivo em uma difícil conjuntura macroeconômica.

Com a entrada em vigor de decisões da Rodada Uruguai, do GATT, a partir de 1994, passa a ocorrer uma tendência ainda maior de queda do volume de exportações totais, mas o mesmo não aconteceu com as exportações agrícolas

que aumentaram sua participação no total das exportações de 23,7%, em 1991, para 30,4%, em 1996, embora, no final da década, estas tenham voltado a 23,1%, ou seja, aos mesmos níveis de 1991 (queda essa motivada por crises internacionais).

Os dados acima demonstram que as políticas agrícolas que subsidiam as agriculturas dos países desenvolvidos, embora tivessem ocorrido fatores importantes na perda de competitividade brasileira, não são a única e, talvez, nem mesmo a principal causa da perda de participação do Brasil no comércio internacional, mas as causas reais devem ser detectadas e trabalhadas a fim de aumentar a inserção do país.

Entretanto o fato é que o Brasil mergulhou profundamente em uma trajetória de instabilidade e crise, marcada por um modelo neoliberal autôfágico, mesquinho e estúpido, no qual a taxa de câmbio foi somente um dos elementos constitutivos. O câmbio poderia ter se mantido sobrevalorizado durante anos sem os efeitos negativos observados, se não tivesse ocorrido a liberalização e a desregulamentação. Como resultado da liberalização, da privatização e da desnacionalização, houve, ainda, um desmonte do sistema nacional de inovações e, portanto, redução da capacidade tecnológica. A economia brasileira perdeu competitividade exatamente porque houve desmonte do aparelho produtivo e do sistema nacional de inovações a partir de 1995 (GONÇALVEZ, 2003, p. 103 e 104).

A política comercial passa a ocupar, nesse contexto, um papel chave que, no entanto, é relegado para segundo plano pelos *policy makers* brasileiros, isto tanto para produtos agrícolas quanto industriais. Na verdade, as críticas aos subsídios internacionais escondem a verdade da falta de planejamento das instituições brasileiras quanto ao papel do país em termos de comércio supranacional.

No tocante à participação brasileira, no comércio internacional, ela sempre foi considerada pequena, o que vem a confirmar as afirmações de que, no Brasil e, hoje, segundo GONÇALVEZ, (2003), caracteriza-se como uma inserção regressiva, ou seja, apesar de uma insistente busca de *superávits* comerciais, nunca houve uma política de expansão do comércio exterior como estratégia de desenvolvimento econômico. Enquanto o comércio mundial, no período de 1970 a 1996, cresceu mais de 50 vezes, o comércio brasileiro cresceu apenas 20 vezes, sendo que a participação relativa do Brasil permaneceu em torno de 1%. Somente a partir de 1994, é que as importações agrícolas brasileiras ultrapassaram esse valor, provavelmente, influenciadas pelas novas regras da OMC (SANTO & SEVERO, 1997). O maior problema para esse tipo de inserção brasileira calcada, basicamente, em produtos agrícolas, é que este mercado está saturado e, com perdas sistemáticas de preços, ao longo do tempo.

A inserção regressiva, ainda, segundo GONÇALVEZ (2003, p. 101), teria duas características básicas:

O primeiro é a perda de competitividade internacional do Brasil no mercado internacional de manufaturados. A participação média do Brasil no mercado internacional de manufaturados caiu de 0,76% em 1990-94 para 0,68% em 1995-98. As principais causas disso são observadas pelo lado da oferta. A indústria brasileira perdeu competitividade internacional em decorrência do mau desempenho do seu mercado interno, do baixo nível de investimentos e do desmonte do sistema nacional de inovações. De fato não há evidências de que houve aumento das barreiras comerciais enfrentadas pelos produtos brasileiros no mercado internacional.

O segundo processo, que marca a inserção regressiva do Brasil no sistema mundial de comércio, é a reprimarização da estrutura de exportações. De fato, houve um aumento da participação média dos produtos agrícolas no valor total das exportações brasileiras de 29,8% em 1990-94 para 33,8% em 1995-98. A situação agravou-se a partir de 1998, pois ao mesmo tempo em que os preços dos produtos agrícolas despencavam no mercado internacional, o país aumentava a quantidade exportada. Há, assim, uma brutal transferência de recursos reais para o exterior por meio da deterioração dos termos de troca.

2. A inserção da agricultura brasileira na atualidade.

O total dos produtos agrícolas básicos exportados duplicou no período avaliado, durante a década de 90. Saltou de US\$ 5.456.625, em 1990, para US\$ 10.128.793, em 2001. A soja e as carnes de aves e bovinos são os produtos que mais se destacam, ressaltando o crescimento do agronegócio brasileiro, crescimento esse que chega a 85% no período (Dados do Anexo 1).

Com relação aos produtos agrícolas semimanufaturados, estes apresentaram um crescimento, ainda mais importante, partindo de um total de US\$ 846.382 milhões, em 1990, para US\$ 3.402.906, em 2001, ou seja, em torno de 300% de aumento. É um número interessante, pois demonstra a modernização da agricultura em termos de industrialização. Esse fato demonstra mais uma vez a alta capacidade do setor agrícola brasileiro de adaptar-se às demandas internacionais.

Já os produtos agrícolas manufaturados eram responsáveis por US\$ 2.242.079 em 1990 e, em 2001 por US\$ 2.131.306, ou seja, praticamente sem alteração no período, sendo que o item mais importante, o suco de laranja concentrado, caiu de 1.468.417, em 1990, para 812.554, em 2002, ou seja, houve uma diminuição de 44% no volume exportado, uma perda considerável.

As exportações agrícolas brasileiras, que se encontram crescendo, são as relativas a produtos básicos ou semimanufaturados, ou seja, exportamos mais facilmente produtos com menor valor agregado, o que não deixa de ser preocupante, pois esta já era a principal constatação relativa à agricultura brasileira, no final dos anos 50 (BAER, 1996). Apesar de todo o esforço histórico da economia brasileira e mesmo da agricultura, em busca da industrialização, ainda há dificuldades claras de inserção internacional, quando se tratam de produtos que exijam tecnologia avançada.

Houve, também, no período avaliado, um grande aumento das importações agrícolas, cerca de 180%, embora, em termos de participação percentual nas importações totais do país, continuasse ao redor de 12%, valor já tradicional da participação da agricultura no total das importações, tendo, portanto, as importações totais aumentado, também, no período.

Avaliando-se ainda a questão das importações, em termos relativos, pode-se perceber o crescimento de importância das mesmas. Enquanto, entre 1990, o valor das importações agrícolas correspondia a 7% das exportações, em 1996 já eram responsáveis por 14% desse valor, ou seja, houve um crescimento muito elevado do volume importado. Isso se explica pela paridade do real em relação ao dólar, o que deu ao real um alto poder de compra, devido às medidas de abertura econômica e também, em parte, pelo próprio crescimento do volume exportado, uma vez que uma parte das importações relaciona-se a produtos utilizados como insumos.

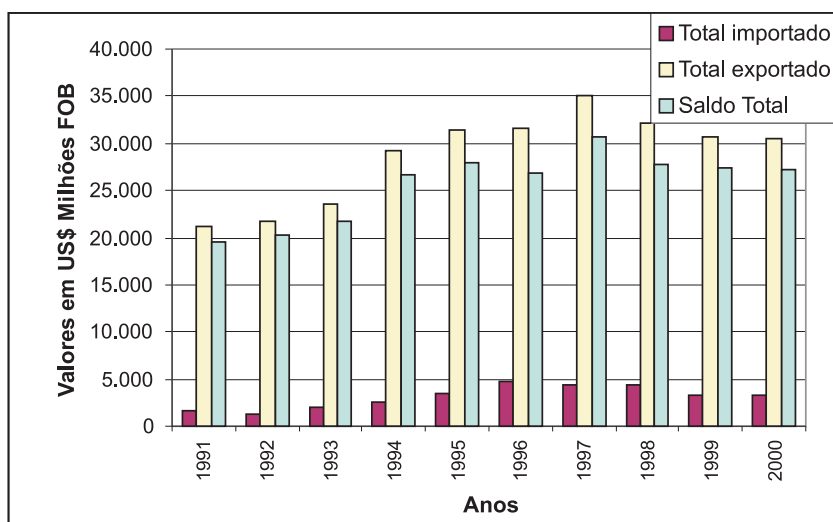
Estudando com mais detalhe as exportações, o total passou de US\$ 21.230 milhões, em 1990, para US\$ 35,08 bilhões, em 1997. O saldo foi aumentado em US\$ 2,6 bilhões e a participação relativa da agricultura, no total das exportações, também se manteve nos mesmos patamares, em torno de 32,6%, quando atingiu seu máximo para a década tendo retornado aos valores de US\$ 30.552 milhões, em 2000. Depois retornou para 10% do volume das exportações totais, em parte, devido ao aumento das exportações, motivado, por sua vez, pela desvalorização cambial que estimula as exportações e reduz importações (AGROANALYSIS, 2001). O saldo da balança comercial agrícola, para a década, subiu de US\$ 19.536 milhões para US\$ 27.189, em 2000. Um resultado importante, uma vez que a balança comercial como um todo apresentou *déficits* em boa parte do período.

Analisando mais detidamente cada categoria de produtos agrícolas exportados e mais especificamente as exportações de produtos básicos, constata-se que estes representaram, em 1996, 62% do valor exportado. Entre 1990 e 2000, ocorreu um crescimento de 45% nas exportações destes produtos, o que

¹ Conforme demonstra a figura 1 com relação ao saldo da balança comercial agrícola, na década de 90, as importações, em alguns períodos, cresceram mais rapidamente que as exportações, no entanto, como as exportações sempre foram muito maiores que as importações, a continuar o ritmo de crescimento das duas variáveis, a agricultura vai continuar gerando *superávits* em termos absolutos por um longo período.

equivale a US\$ 1,2 bilhões¹. Cerca de 82% do valor das exportações de produtos básicos, em 1990, e 82%, em 1996 e a mesma porcentagem em 2000, compostos por cinco produtos (Anexo 5): soja em grão e farelo, café, fumo e carne de aves. Em 1990, esses itens responderam por 52% do total das exportações agrícolas e, em 1996, respondiam por 53%.

Somente em 1995, este grupo não apresentou tendência de crescimento. Isto se deveu basicamente ao incremento na renda da população brasileira, proporcionado pela estabilidade inflacionária provocada pelo Plano Real (TAGLIALEGNA, *et alli*. 2000. p. 40). Nesse ano, a quantidade exportada desses produtos diminuiu 9,4% e as importações agrícolas totais aumentaram 26%. Além disso, o valor das exportações foi afetado pela diminuição dos preços das *commodities*.



Fonte: Dados compilados a partir de: http://www.agricultura.gov.br/spa/pagespa/ch08/8_7.xls, Acesso em 20/06/2003, e SANTO & SEVERO, 1997.

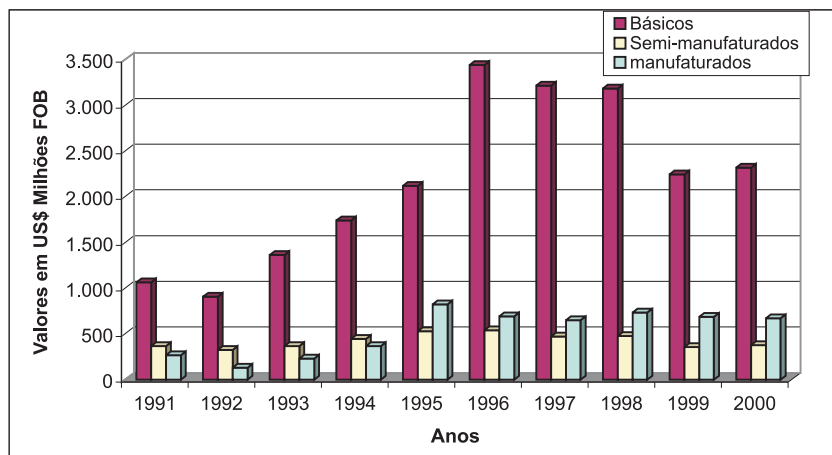
FIGURA 1 – Saldo da balança comercial agrícola (em mil US\$ FOB) - 1991/2000

Houve também um crescimento de 124% nas importações de produtos básicos e os principais produtos importados foram o trigo e o algodão. Estes dois produtos custaram ao país, em 1990, US\$ 295 milhões e US\$ 156 milhões e, em 1996, responderam por US\$ 877 milhões e US\$ 858 milhões, respectivamente (SANTO & SEVERO, 1997). Este crescimento é explicado, em parte, pela estabilidade econômica do país por meio de um aumento da demanda interna maior que o crescimento da produção e que, por sua vez, tem na supervalorização da moeda interna uma de suas causas mais importantes (COELHO, 2000).

Com relação às importações, também houve grandes saltos de crescimento, em média de 20% ao ano. O produto que mais se destaca nas importações é o malte, que representou em 1996, 39% do total do grupo, num valor de US\$ 286 milhões. Esse grande aumento se explica pela expansão no consumo de cerveja e à “dificuldade de aumento da produção interna de cevada cervejeira, num mercado oligopsônico, reforçado pelas extraordinárias vantagens financeiras no financiamento externo para a importação” (SANTO & SEVERO, 1997, p. 15). O segundo produto, na pauta de importações, é o couro. No entanto, a participação deste produto vem caindo progressivamente, em parte, pela modernização da pecuária de corte brasileira.

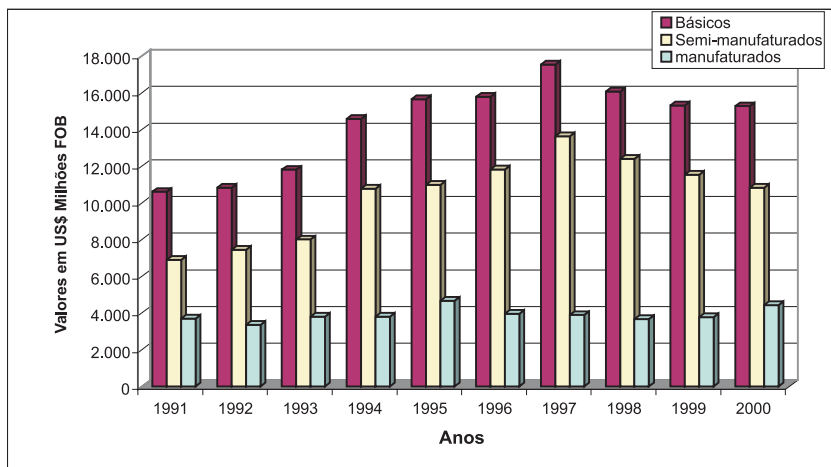
Um aumento dessa magnitude, nas exportações desses produtos, demonstra um avanço na transformação da base produtiva da agricultura brasileira. Os produtos agrícolas exportados passam agora por um setor industrial, cujas relações e forma de comércio já não são mais explicadas apenas pelas vantagens comparativas iniciais de cada país, e sim, por parâmetros microeconômicos. As vantagens neste setor são “construídas” através de processos como a inovação tecnológica ou diferenciação. A explicação, portanto, para o comércio desses produtos é diferente da explicação para o comércio de produtos agrícolas básicos (PAULA, 1996).

Os produtos agrícolas manufaturados não apresentaram um crescimento expressivo em seu saldo, com um crescimento médio anual de 0,96%. As exportações quase que dobraram no período, crescendo 91%, mas as importações, por sua vez, cresceram 423%. Dessa forma, foram acrescentados apenas US\$ 54 milhões ao saldo desse grupo. Os produtos que mais foram importados foram o álcool etílico e o leite em pó.



Fonte: SECEX/MDIC (Anexo 2)

FIGURA 2 – Importações agrícolas brasileiras por categoria



Fonte: SECEX/MDIC (Anexo 3)

FIGURA 3 – Exportações brasileiras por categoria

Em resumo, houve, durante a década de 90, um crescimento positivo no saldo da balança comercial agrícola brasileira, resultado, principalmente, da abertura comercial que ocorreu no período. No entanto, é importante destacar que esta maior abertura da política comercial brasileira é fruto de um processo de liberalização que está ocorrendo em nível mundial, do qual a Rodada Uruguaí é um exemplo². Se nas décadas de 70 e 80, a política comercial brasileira se fechava aos fluxos de comércio internacional, o mesmo acontecia com a maioria dos países, principalmente, os desenvolvidos.

Outra conclusão importante, a partir do fato de o país estar exportando cada vez mais produtos semimanufaturados, é a de que o aumento das exportações agrícolas brasileiras passa pela modernização do parque industrial brasileiro. Um aumento da competitividade do setor passa pelo aumento da competitividade do setor industrial do país (GASQUEZ & CONCEIÇÃO, 2001). Esse aumento da competitividade passa, dado o contexto da institucionalização do comércio internacional, por um amadurecimento da política comercial brasileira, que deve agir de forma clara na busca de acordos comerciais que garantam maior inserção dos produtos brasileiros no mercado mundial, tanto os semimanufaturados que já apresentam saldos positivos, quanto os manufaturados, que estão praticamente estagnados em termos de aumento no volume exportado.

² Embora convenha se destacar o protecionismo que ainda se pratica, principalmente, nos países desenvolvidos.

3. Exportações agrícolas brasileiras e os blocos de comércio

A globalização é um fenômeno que exerce influência em muitas áreas e, talvez, por isso mesmo, ainda existam dificuldades para sua explicação (COUTINHO, 1996, p.223). Em termos financeiros e econômicos, a globalização significaria um aumento do volume e velocidade de circulação dos recursos, além de uma interação maior destes com as economias.

De uma perspectiva comercial, o processo de globalização se traduz em uma semelhança crescente das estruturas de demanda e na crescente homogeneidade da estrutura de oferta nos diversos países. Isso possibilita a apropriação de ganhos de escala, a uniformização de técnicas produtivas e administrativas e a redução do ciclo do produto, ao mesmo tempo em que muda o eixo focal da competição – de concorrência, em termos de produtos, para competição em tecnologia e processos (BAUMANN, 1996, p. 34).

Esse processo apresenta alguns paradoxos e, no caso desta parte do trabalho, o mais importante seria o relacionado à regionalização. Enquanto a globalização seria um movimento “centrífugo”³, de deslocamento de agentes econômicos por meio das fronteiras, o regionalismo estaria associado à preservação de valores locais.

Na atualidade, o mundo se encontra dividido em blocos econômicos que são responsáveis por mais de 80% do comércio externo brasileiro. No Anexo 3, estão demonstradas as relações de comércio agrícola do Brasil com os mais importantes blocos econômicos do planeta. A primeira constatação importante é a de que a CEE e os países do Continente Asiático são os maiores parceiros comerciais brasileiros, em termos de produtos agrícolas.

3.1 A União Européia

Com relação a CEE, ocorreram dois movimentos diferentes durante a década. Entre 1990 e 1996, o crescimento das exportações foi de 36%, e as importações cresceram 113% no mesmo período. A partir desse período de crescimento positivo, o sentido da balança comercial agrícola inverte-se. De um valor exportado de US\$ 6.383.594 mil, em 1996, passou-se, em 2001, para US\$ 3.935.047 mil, ou seja, uma redução de 50% no volume exportado. Existem vários argumentos para essa redução no volume exportado: o recrudescimento no protecionismo europeu (FUNCEX, 1999); a falta de uma política comercial, por parte do Brasil, que buscasse mercado para os produtos brasileiros ou mesmo que reagisse à altura no combate ao protecionismo (MORAES, 1999) e, por último, também é importante levar em consideração as questões cambiais que ocorreram durante o plano real.

O *déficit* no saldo comercial com a Europa somente não se agravou pelo fato de as importações também terem seguido o mesmo movimento das

³ Expressão do autor

exportações, ou seja, ascendente no período de 1990 a 1995, passando de US\$ 369.108 mil para US\$ 960.564 mil, respectivamente e descendente, a partir daquele ano, sendo que, em 2001, o valor importado da União Européia foi de US\$ 293.397 mil, ou seja, um valor ainda menor que no início da década.

Em 1990, o saldo era de US\$ 4.311.229 mil, sendo que, em 1994, justamente no ano de encerramento da Rodada Uruguai do GATT, ocorreu o maior saldo da balança comercial agrícola brasileira em relação à União Européia, no valor de 5.803.563 mil. Já em 2001, o valor desse saldo diminuiu para 3.461.650 mil, ou seja, ainda menor que no início da década (Dados da tabela 2).

A evolução das relações comerciais agrícolas entre Brasil e União Européia mostra que há ainda muito que caminhar por parte dos formuladores de política comercial brasileira, uma vez que ficou claro que os sinais de maior abertura com relação às medidas protecionistas que foram enviados a partir da finalização da Rodada não se concretizaram.

A integração Econômica da Europa Ocidental e o sistema PAC tiveram fundamental influência em sucessivas Rodadas do GATT sobre o comércio (SILVA & REIS FILHO, 2000). Em 1992, as reformas possibilitaram a conclusão da Rodada Uruguai da agricultura e aprontaram a PAC para a sua implementação. Em decorrência, a União Européia pode conviver com o Acordo da Agricultura sem precisar proceder a mudanças significativas na sua política e isso acabou por afetar o volume de exportações do Brasil para aquela região, uma vez que a própria PAC e o avanço tecnológico têm possibilitado o aumento da produção e o completo auto-abastecimento do Bloco Europeu (MINER & ZEEUW, 1998).

Com relação à produção da União Européia, existem projeções de excedente de produção para 2010 em valores acima de 54 milhões de toneladas, ou seja, acima dos volumes a serem consumidos. Por outro lado, o consumo de alimentos está mais perto da saturação na União Européia: no caso de alguns produtos (como açúcar, lácteos e carne bovina), eles já apresentam uma tendência de queda, em vez de crescimento (PINAZZA, 1997 p. 11).

No passado, os excedentes, cada vez maiores, no mercado de produtos agrícolas da EU, originados pelas tendências divergentes de produção, podiam ser exportados. Atualmente, dentro do Acordo Agrícola da OMC, as exportações subsidiadas não podem mais crescer e devem ser reduzidas. Assim, a EU precisa subsidiar suas exportações agrícolas e, ao mesmo tempo, ela terá que se empenhar cada vez mais no gerenciamento da oferta: onde já houver cotas (açúcar, leite) elas terão que ser reduzidas, não apenas uma vez, mas sucessivamente; e onde a oferta ainda não estiver limitada, será necessário encontrar um meio para frear seu crescimento.

Os produtos mais vendidos pelo Brasil para a União Européia são: farelo de soja, soja em grão, suco de laranja, café e couros que chegam a representar 76,6% do valor exportado. Ou seja, são produtos com reduzido grau de diferenciação em que, ainda, predominam as vantagens comparativas iniciais, mas que não se relacionam com os produtos que têm perspectivas negativas de crescimento do consumo.

Nos anos 90 a PAC foi submetida a duas reformas. A primeira, em 1992, e a segunda, em março de 1999, chamada Agenda 2000. Os progressos foram considerados acanhados pelos analistas orientados para o tipo de agropecuária a ser desenvolvido no continente europeu. A crítica consiste em que o enfoque das políticas continua sobre a qualidade da produção estimulando mais que tudo a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias, dirigidos à produtividade. Para os países agroexportadores resta ver se a União Européia tomará o caminho de abrir seus mercados ou usará o nome da biosseguridade para trancar suas fronteiras ainda mais.

3.2 Tigres Asiáticos, Japão e China.

Com relação ao Continente Asiático, até o início da década de 90, o comércio entre o Brasil e esses países não era significativo. A partir de eventos produzidos pela globalização, hábitos ocidentais estão sendo absorvidos, modificando costumes e aumentando a demanda por produtos agrícolas brasileiros. A argumentação ocorre no sentido de que a PAC força o desenho desse tipo de agricultura. Em anos recentes, as discussões em torno da transgenia, nas sementes vegetais e de hormônios de crescimento, em animais, por exemplo, assinalaram uma preocupação qualitativa, com relação ao ambiente da produção agropecuária. O mesmo sucede com o impacto ambiental, diante da quebra da biodiversidade provocada pelas monoculturas. Os subsídios ficam cada vez mais concentrados num menor número de propriedades. O recrudescimento da vaca louca e da febre aftosa fortaleceu os críticos da agricultura industrial de elevada escala de produção e de menor custo (AGROANALYSIS, 2001).

O café e o açúcar, carnes e cereais, por exemplo, têm um mercado muito promissor na região. As importações de carne bovina foram de US\$ 2,7 bilhões, em 1990 e a de aves de US\$ 864 milhões, em 1996, que já eram de US\$ 4,6 bilhões e 2,2 bilhões, em 1996 (SANTO & SEVERO, 1997). Da mesma forma que os produtos exportados para a Europa, percebe-se que o padrão das exportações é marcado por um baixo grau de diferenciação.

Para os Tigres Asiáticos, o Brasil exportou, em 1990, um valor US\$ 121.162 mil, tendo atingido o pico, em 1997, com um valor de US\$ 440.527 mil e, embora o Bloco tenha vivido séria crise financeira, a partir de 1988, as exportações, após pequena queda nesse período, voltaram a aumentar e, em 2001, somavam US\$ 488.435.

No tocante às importações brasileiras, relativas a esse bloco, elas têm um comportamento muito instável, tendo variado de US\$ 1.108 mil, em 1993, para US\$ 35.263 mil, em 1998 e, situando-se, em 2001, no valor de US\$ 5.577 mil. Essa instabilidade denota a falta de planejamento das relações comerciais e pode prejudicar a exportações do país, uma vez que, como demonstrado anteriormente neste trabalho, relações comerciais instáveis tendem a serem substituídas por acordos estáveis, a fim de garantir os fluxos de comércio. A análise dos dados também demonstra a importância crescente dos Tigres Asiáticos, enquanto parceiros comerciais para o Brasil, uma vez que estes também apresentam uma estrutura comercial menos protecionista que a União Européia.

O Japão é um importante mercado para as exportações brasileiras, sendo que estas representam um terço das importações de produtos agrícolas daquele país (SANTO & SEVERO, 1997). O saldo da balança comercial entre 1990 e 1996 dobrou, e os produtos que puxaram esse crescimento foram os complexos café, frango e fumo. As exportações cresceram mais de 100% no período avaliado e, embora as importações também tenham crescido, os valores são irrisórios. Em 2001, o volume exportado havia caído novamente para valores muito próximos aos do início da década anterior, com valores de US\$ 502.007 mil, demonstrando uma perda de mercado importante para o país. Já as importações permaneceram ao redor dos 3 milhões de dólares, tendo dobrado de tamanho em 1995, para, em 2001, voltar aos valores do início da década.

Outro mercado importante para os produtos agrícolas brasileiros é o formado pela China e Hong Kong. O país tem apresentado um crescimento econômico impressionante, sendo que seu PIB cresceu em torno de 90% entre 1990 e 1996. Até 1996, o saldo da balança comercial agrícola era favorável ao Brasil, as exportações cresceram 265% neste período, sendo que o valor das mesmas, em 1990, era de US\$ 228 milhões, passando em 1996 para US\$ 895 milhões (SANTO & SEVERO, 1997). Com o evento da crise asiática, as importações daquela região também foram afetadas e o volume exportado pelo Brasil, em 2001, foi de US\$ 273.930 mil, uma perda considerável, principalmente, em termos de conquista de mercados futuros.

Seguindo a mesma tendência do Japão, a China apresenta uma rápida ocidentalização dos hábitos de consumo e a demanda por açúcar, café, frutas e fumo tende a aumentar naquele país. Produtos cuja demanda já está consolidada, como o óleo e farelo de soja e carnes, teriam possibilidades de aumentar ainda mais suas exportações.

As importações brasileiras daquele país são muito pequenas e instáveis conforme os produtos importados seguindo o padrão relativo aos Tigres asiáticos, embora tenham crescido em termos de valor de US\$ 14.016 mil, em 1990, para 46.243 mil em 1996, em 2001 resultaram num valor de 11.580 mil.

Com a entrada da China na OMC, tendo este país, não se sabe ainda em que medidas, adotado uma postura de adequação às normas de comércio internacional, haverá, com certeza, um crescimento das relações de comércio entre aquele país e o Brasil, sendo que as potencialidades do mercado chinês chamam a atenção dos produtores brasileiros em qualquer área.

É importante destacar que as exportações agrícolas brasileiras para estes países, iniciadas a partir do final dos anos 80, já eram, em 2001, equivalentes a US\$ 1.264.372 mil, um valor 123% maior que o exportado para os Estados Unidos (US\$ 565.039 mil), com o qual o país já possui um relacionamento comercial histórico.

3.3 O Mercosul

O Brasil sempre foi um importador dos produtos agrícolas dos países que hoje compõem o Mercosul. As importações brasileiras desses países têm, em sua composição, 44% de produtos agrícolas, enquanto que nas exportações, a participação da agricultura gira em torno dos 12% (SANTO & SEVERO, 1997).

As exportações brasileiras para esse bloco cresceram de 119 milhões, chegando a valores de US\$ 884 milhões, um crescimento de 643% entre 1990 e 1996. O pico, em termos de exportações, deu-se em 1998, com um valor total de US\$ 1.104.857 mil. Em 2001, as exportações para o Mercosul totalizaram 720.742 mil, apresentando, portanto, uma tendência de queda, fruto da crise vivida pelos países membros do Bloco (CARVALHO, 1999).

As importações cresceram 226%, atingindo um valor de US\$ 3,6 bilhões em 1996 e, em 2001, também apresentaram um decréscimo, totalizando 2.354.088 em 2001. No entanto, devido ao *déficit* histórico, o saldo negativo da balança comercial agrícola brasileira com o Mercosul ainda é de 226%⁴. Constatase, por meio dos dados que, após a constituição oficial do Mercosul, as exportações e importações brasileiras deste mercado têm aumentado sucessivamente, apesar da tendência decrescente, no final da década, motivada pela grave crise financeira vivida, principalmente, pela Argentina, mas que afeta a praticamente todos os países da América Latina⁵. Ao que tudo indica, essa integração tenderá a produzir relações de comércio mais intensas comparativamente às que ocorriam antes da constituição do bloco econômico.

Outro dado interessante é o de que os produtos importados são considerados básicos, sem nenhuma diferenciação, ou seja, produtos em que as vantagens comparativas são importantes na definição da competitividade dos mesmos. No caso do trigo, importado em sua maior parte da Argentina, essa característica fica clara, pois, a produção brasileira diminuiu muito, a partir da constituição do Mercosul e como já foi dito, anteriormente, 80% do trigo consumido no Brasil é importado da Argentina.

⁴ Em termos de valores esse déficit é de US\$ 1.633.346 mil.

⁵ MERCOSUL . Mercado Comum do Cone Sul. Disponível em <http://www.softline.com.br/fox/mercopol/index.htm> , acesso em mar de 2002.

3.4 Estados Unidos, Nafta e Alca.

Em 1990, eram exportados para os Estados Unidos, produtos num valor equivalente a US\$ 946.303, sendo que esse foi um dos picos em termos de valor exportado⁶. No ano de 2001, o volume exportado foi de US\$ 565.039, ou seja, 59 % do valor exportado em 1990.

No tocante às importações, que eram, em 1990, de US\$ 266.392 mil, atingiram seu máximo em 1995, com um valor de US\$ 624.460 mil e, em 2001, haviam caído para US\$ 61.339, ou seja, foram reduzidas a 23% do valor inicial. Essa oscilação deve-se, principalmente, à desvalorização cambial que ocorreu a partir de 1998, reduzindo a capacidade de compra da moeda brasileira, o que afetou, sensivelmente, os fluxos comerciais.

Na realidade, o saldo da balança comercial agrícola brasileira não apresentou oscilações muito grandes no início e no final do período avaliado, o que demonstra que a abertura comercial em si não teria grandes efeitos sobre esses fluxos (JANK, 1997). Os valores mais baixos desses saldos ocorreram entre 1994 e 1996, exatamente no maior período de sobrevalorização cambial, em que as importações cresceram muito e, as exportações, mesmo com todo o problema de preços internos vividos no período, não apresentaram crescimento favorável.

Por outro lado, o *Farm Bill* americano, aprovado em 1996, foi festejado como o mais liberal da história⁷. A premissa básica era de que a agricultura adquiriria capacidade para operar ao sabor das livres forças de oferta e demanda. Já em 1998 tal programa foi revisto e recebeu uma dotação orçamentária maior. Entre 1999 e 2000 os pagamentos governamentais triplicaram em relação ao período 1996/97.⁸ Em 2000, os pagamentos governamentais aos produtores americanos alcançaram o valor de US\$ 23 bilhões, o que representa quase 57% da renda líquida dos produtores.

Para enfrentar esse tipo de proteção, a agricultura brasileira não pode apenas contar com a própria competitividade a fim de garantir sua inserção internacional. A negociação comercial parece ser a única forma de garantir tais mercados. E como, a partir de 2002, a política agrícola americana passa a destinar proteção ainda maior aos seus agricultores, essa capacidade de negociação torna-se ainda mais necessária.

⁶ O maior foi em 1997, com US\$ 973.749 mil

⁷ Segundo Agroanalysis – Revista de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas. Casa de Ferreiro. Vol 21, nº 4, Abril de 2001, p 49: As autoridades americanas não levaram em conta ao formularem tal programa – o Freedom Act – as razões pelas quais as cotações internacionais dos produtos agrícolas experimentavam uma conjuntura de alta. Os estoques mundiais de cereais e de oleaginosas estavam em baixa, com a quebra de produção decorrente das adversidades climáticas no próprio país, no biênio 1993 e 1994. O engano foi utilizar como referência os altos preços daquele momento de escassez para fixar os preços de garantia fixados no Farm Bill.

⁸ Agroanalysis – Revista de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas. Subsídios Selvagens. Vol 21, nº 4, Abril de 2001, p.50.

O Brasil exportou para o Nafta (com exceção dos Estados Unidos), no ano de 1990, o equivalente a US\$ 925.470 mil, em 1996 exportava um total de US\$ 1.028.535 mil, já em 2001 as exportações foram de US\$ 883.803 mil, ou seja, apresentou uma pequena redução em relação ao início da década.

No tocante às importações, elas respondiam, em 1990, por um total de US\$ 225.943 mil, tendo atingido seu auge em 1996, num valor de US\$ 679.802 mil e, em 2001, caíram para US\$ 77.377 mil. Ou seja, embora as exportações tenham diminuído, as importações também apresentaram tendência de queda, garantindo, desta forma, o saldo positivo na balança comercial agrícola do Brasil com o NAFTA.

A abertura externa promovida, unilateralmente, após a Rodada Uruguai, pelo Brasil e, em geral, pelos países membros do grupo de Cairns, enfrenta restrições injustificadas principalmente dos Estados Unidos e União Européia, dentre as quais se sobressaem, a relação com os Estados Unidos, membro poderoso do Nafta:

-Suco de laranja: gravação com tarifa de US\$ 479,70 por tonelada, o que, por sinal, eleva em 40% o preço do produto ao mercado consumidor norte-americano;

-Carnes: a entrada no país da carne in natura está vedada sob o argumento de proteção zoonosológica, devido à ocorrência de focos de aftosa, no rebanho bovino, a doença new castle, nas aves e a peste suína clássica. Todos os países importadores de carne do Brasil aprovam o padrão sanitário que o País já alcançou nas regiões que fazem exportações;

-Açúcar: quota de 294.169 mil toneladas para o ano de 1997;

-Fumo: quota de 80.200 mil toneladas, para o ano de 1997;

-Etanol: diversos mecanismos de proteção aduaneira e de proteção de preços e incentivos fiscais; e,

-Frutas: tarifas elevadas e restrições sanitárias (SANTO & SEVERO, 1997, p. 19).

Existem, portanto, condições adversas para a inserção dos produtos brasileiros no mercado americano. À exceção do suco de laranja, segundo lugar nas exportações brasileiras para aquele país, as exportações restringem-se a produtos considerados primários, com pouca ou nenhuma transformação industrial, como o fumo, a castanha de caju, o açúcar e a lagosta.

O que se percebe desta análise é o fato de que um aumento nas exportações é sempre acompanhado de aumentos nas importações e vice-versa, demonstrando que a inserção comercial do país está atrelada também às suas importações. Isso reforça a idéia de uma política comercial bem trabalhada, pois o isolamento em termos de importações pode levar à perda de mercados importantes para os produtos brasileiros.

Com relação à ALCA, o comportamento do volume exportado e importado foi o mesmo que o relativo aos demais blocos, ou seja, um crescimento inicial durante a década de 90 (1990 – 1.205.784), atingindo seu ápice entre 1995 e 1996 (3.064.026), para depois declinar atingindo, em 2001, praticamente os mesmos valores do início da década (1.846.079) (POLÔNIA, 2001).

Esse comportamento das exportações e importações brasileiras tem muito menos a ver com a política comercial implementada no período ou a uma orientação de comércio exterior, e muito mais a ver com a supervalorização da moeda nacional em relação ao dólar, que foi a tônica do período (REZENDE, 1989). Os preços dos produtos agrícolas atingiram preços tão baixos no mercado interno que se tornou atrativo exportar e o aumento das importações ocorreu em função do aumento no poder de compra do real.

Quando, a partir de 1999, o real começa a ser desvalorizado, as exportações passam a apresentar tendência de queda, o que pode ser considerado uma incongruência, já que desvalorizações da moeda sempre foram consideradas estímulos às exportações e as importações seguem a mesma tendência. Ou seja, o produto produzido internamente passa a substituir novamente o que passara a ser importado no período.

4. Considerações Finais

O Brasil é um país de dimensões continentais, sua capacidade de abastecimento dos mais diversos produtos tem sido decantada como uma virtude maravilhosa. Essa diversidade produtiva realmente faz com que o país tenha uma postura mais isolada em termos de comércio internacional, no entanto, isso não é a explicação para a ausência de uma política comercial que garanta uma posição estável no mercado internacional. O que falta ao país, ao longo de todo o período avaliado, é a preocupação em garantir mercados aos produtos que o país tem para exportar.

Ao longo de toda a década, percebe-se a capacidade de manter saldos positivos na agricultura brasileira, no entanto, também se percebe que as exportações agrícolas não são motivo de nenhuma política comercial consistente, capaz para garantir os níveis de inserção necessários ao crescimento do setor e mesmo da economia brasileira (ABREU & LOYO, 1994). Num mundo que se organiza de forma cada vez mais contundente, na busca de garantir seus mercados, isso é uma atitude que provoca danos sérios aos setores produtivos.

Da análise da inserção da agricultura brasileira no mercado internacional, na década de 90, depreendem-se algumas constatações interessantes. A primeira refere-se ao fato de a maior parte dos produtos brasileiros exportados, em que o país tem apresentado condições de competitividade, ainda sejam aqueles em que o grau de processamento pela indústria é menor.

O setor que mais cresceu, durante o período de 1990 a 1996, em termos de exportação foi o de produtos semimanufaturados, ou seja, este tem melhorado suas condições de inserção e tem atingido cada vez mais mercados, o que, sem dúvida, é uma evolução positiva.

O processo de globalização não impõe opções às nações e a agricultura brasileira vem respondendo, de forma satisfatória, às novas necessidades de inserção do setor no mercado mundial. Em contextos favoráveis, as exportações agrícolas têm aumentado rapidamente, principalmente, para a Comunidade Econômica Européia e para os países asiáticos e, de forma menos intensa, para os Estados Unidos e Mercosul.

A participação da agricultura brasileira na balança comercial, se bem que significativa em termos de exportações, ainda é muito pequena, em relação ao volume de comércio mundial. Fatos novos, em termos de mercado internacional, como a abertura de grandes mercados, dentre eles a União Européia e o Japão, o crescimento da renda em algumas regiões, como a China, a redução do protecionismo, redução das restrições não tarifárias, esgotamento da capacidade de oferta por países, tradicionalmente, supridores mundiais de alimentos e, por fim, a capacidade do Brasil de ser fonte confiável de alimentos de forma regular, além de ser um dos últimos países do mundo que dispõe de áreas a serem incorporadas ao processo produtivo, garantem ao país grande potencial de inserção no mercado mundial (SANTO & SEVERO, 1997).

Nesse contexto, a política comercial adotada pelo país tem importância estratégica e a taxa de câmbio é um dos meios utilizados para instrumentalizar a política comercial de um país. No Brasil, historicamente, dentre todos os instrumentos utilizados para incentivar as exportações, as minidesvalorizações cambiais foram as que mais beneficiaram a agricultura, pois reduziram a variação da taxa de câmbio real.

Em trabalhos publicados pela Revista Preços Agrícolas (n^{os} 130 e 131), Fernando Homem de Melo analisa os efeitos da política de valorização cambial implementada na década de 90. Esta foi, segundo o autor, uma das questões mais controversas do Plano Real e os constantes *déficits* externos seriam uma das provas de que a questão é muito séria. Conclui que a forte valorização cambial provocou expressiva redução dos preços reais aos agricultores e a conseqüente diminuição da área plantada, houve, no entanto, durante o período avaliado, aumentos de produtividade.

Essa política de sobrevalorização cambial teve uma certa orientação de expor a base produtiva nacional a um esforço de vencer os desafios de competitividade, ou seja, o governo apostou na estabilidade do comércio internacional durante a década de noventa. O aumento da produtividade da agricultura é o efeito positivo dessa exposição da agricultura, mas a estagnação da área cultivada pode ser um sinal de que este tipo de política pode exercer efeitos negativos sobre o setor agrícola.

É importante para a agricultura nacional, bem como para os demais setores produtivos que, na execução da política cambial nacional, busque-se a aplicação de uma taxa de câmbio de equilíbrio. Isso evitaria uma proteção artificial exercida por uma taxa de câmbio subvalorizada ou, então, uma exposição muito perigosa dos setores nacionais à concorrência externa, nem sempre “leal”, por meio de uma taxa câmbio sobrevalorizada. A taxa de câmbio de equilíbrio deveria ser aquela que permita à base produtiva exercer sua competitividade de forma plena, e assim dar condições reais de a agricultura aumentar sua inserção no mercado internacional.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. P.; LOYO, E. H. M. M. A estrutura do comércio agrícola mundial: fundamentos dos interesses liberais e protecionistas. In: FAGUNDES M. H. (Org.). **Políticas agrícolas e o comércio mundial**. Brasília: IPEA, 1994. (Estudos de Política Agrícola, 28). 466 p.

AGROANALYSIS. **Revista de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas**, Subsídios Selvagens. v. 21, n. 4, p. 50, abr. 2001.

BAER, W. **A economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996. 416 p.

BAUMANN, R.; PRADO, L. C. D.; CANUTO, O. **A nova economia internacional**: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1998. 392 p.

CARVALHO, M. A. de. Comércio agropecuário brasileiro no MERCOSUL. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 29, n. 6, p. 7-22, jun.1999.

COELHO, C. N. As exportações agrícolas numa estratégia de comércio exterior. **Revista de Política agrícola**, a. 6, n. 03, p. 11, jul./set. 1997.

COUTINHO, L. A fragilidade do Brasil em face da Globalização. IN: BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus, 1996. p. 219-239.

GASQUEZ, J. G.; VILLA VERDE, C. M. **Crescimento da agricultura brasileira e política agrícola nos anos 80**. Texto para discussão n. 204. Brasília: IPEA, nov. 1990.

HOMEM DE MELLO, F. **A abertura comercial e o papel dos aumentos da produtividade na agricultura brasileira**. Disponível em: < <http://www.ifb.com.br/documentos/hdemelo.pdf> >. Acesso em: nov. 2002.

JANK, M. S. Aspectos dos acordos internacionais, do GATT e do Mercosul. In: Seminário: As cooperativas e a produção de leite até o ano 2000. **Anais...** Belo Horizonte: Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais, 1995. p. 21-27.

MINER, W.; ZEEUW, A. A agricultura brasileira e as futuras negociações na organização mundial de comércio. **Revista de Política Agrícola**, a. 7, n. 2, p. 52, abr./jun. 1998.

MORAES, A. Por uma nova política de promoção das exportações. **Revista de Política Agrícola**, a.2, n.4, out./dez 1999. p. 3-5.

PAULA, N. M. **Os limites da liberalização para a agricultura**: uma análise das perspectivas do mercado agrícola mundial. Curitiba. Tese submetida a concurso público para professor titular do Departamento de Economia, Setor de Ciências Sociais aplicadas da Universidade Federal do Paraná. 1996. 81 p.

PINAZZA, L. A. A guerra dos subsídios agrícolas. **Revista Agroanalysis**, Setembro de 1997 p. 11-13.

REZENDE, G. C. Agricultura e ajuste externo no Brasil: novas considerações. IN: **Revista de Economia Política**, v. 12, dez de 1989. p. 56-72.

SANTO, B. R. E.; SEVERO, J. R. Abertura externa e o saldo da balança comercial agrícola. **Revista Preços Agrícolas**, 129, Brasília, p. 10-23, jul. 1997.

SILVA, V. da; REIS FILHO, J. C. G. dos. A União Européia e os condicionantes do comércio para os produtos agroalimentares brasileiros. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 30, n. 9, p. 38-50, set. 2000.

TAGLIALEGNA, G. H. F. et al. Papel da agricultura no Plano Real: estabilização da moeda e modernização do setor. **Revista de Política Agrícola**, a. 9, p.40-46, jul./set. 2000.

Recebido em 20/01/2004.

Aceito em 06/06/2004.

ANEXO 1: IMPORTAÇÕES AGRÍCOLAS BRASILEIRAS - 1991 A 2000 (VALOR EM US\$ MILHÕES DE FOB)

Principais Produtos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
<i>Importações Totais</i>	21.041,0	20.554,0	25.256,0	33.079,0	49.972,0	53.301,0	61.358,0	57.744,2	48.275,7	55.800,8
<i>Principais Produtos Agrícolas Básicos</i>	1.062,0	906,3	1.360,1	1.739,5	2.118,0	3.440,6	3.216,1	3.181,8	2.244,0	2.317,8
Trigo em Grãos	0,1	0,5	0,6	4,0	5,4	943,6	811,0	813,8	832,0	864,8
Algodão em bruto	178,4	213,2	651,5	562,6	552,4	863,7	760,9	532,3	359,6	325,2
Arroz em grão, inclusive quebrados	349,7	149,1	205,7	303,3	279,2	302,3	229,8	545,0	275,0	133,1
Pescados, fresco, refrigerado e congelado	180,7	115,6	174,0	228,7	371,6	425,9	396,3	404,6	260,3	404,6
Soja em grãos, mesmo triturados	62,7	104,4	28,1	173,9	191,3	241,4	262,3	201,9	82,1	132,7
Frutas frescas, refrigeradas ou secas	161,0	111,0	126,3	192,0	351,0	391,2	331,2	311,6	215,1	190,0
Carne Bovina fresca, refrigerada e congelada	0	117,6	45,3	128,5	117,6	45,3	213,2	172,5	81,2	111,0
Borracha Natural	100,1	75,6	91,4	101,9	179,7	138,7	119,1	91,2	64,4	99,4
Alho comum, fresco ou refrigerado	29,3	19,3	37,2	44,6	69,8	88,5	92,3	108,9	74,3	57,1
<i>Princ. Prods. Agrícolas Semifaturados</i>	366,4	322,8	366,2	442,8	526,1	536,9	468,9	474,6	353,3	376,2
Malte inteiro ou partido	148,1	116,3	98,7	100,8	209,4	286,5	231,4	194,1	138,3	157,6
Couro e peles	188,9	164,8	205,8	190,9	184,7	158,9	169,2	145,9	141,1	184,3
Óleo de soja bruto	29,4	41,7	61,7	151,1	132,0	91,5	68,3	134,6	73,9	34,3
<i>Princ. Prods. Agrícolas Industrializados</i>	266,7	130,0	226,3	364,6	823,1	691,8	649,4	733,5	684,7	670,2
Leite e creme de leite concentrado	137,8	53,7	105,3	141,4	375,6	320,4	288,6	324,9	312,8	256,9
Pasta de celulose	47,9	47,2	56,1	67,0	159,9	136,1	138,8	158,9	167,8	220,1
Queijos	44,1	7,7	24,0	86,3	159,7	102,4	84,1	70,2	44,6	38,5
Outros produtos lácteos	21,6	10,5	19,7	30,4	75,0	90,0	81,9	113,6	82,4	77,7
Vinhos	15,3	10,9	21,2	39,5	52,9	42,9	56,0	65,9	77,1	77,1

Fonte: SECEX/MDIC

ANEXO 2: EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS BRASILEIRAS - 1991 A 2000 (VALORES EM US\$ MILHÕES DE FOB)

Principais Produtos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
<i>Exportações Totais (US\$ milhões FOB)</i>	31.620	35.505	38.344	43.102	45.886	47.747	52.944	51.140	48.011	55.086
<i>Total Principal: Produtos Agric.</i>	10.615	10.827	11.820	14.578	15.664	15.793	17.543	16.087	15.312	15.276
Café (1)	1.479	1.113	1.282	2.558	2.426	2.095	3.094	2.603	2.461	1.782
Soja (2)	2.031	2.696	3.074	4.135	3.820	4.458	5.729	4.761	3.784	4.197
Cacau (3)	266	248	254	281	117	162	116	140	95	87
Cana-de-açúcar (4)	398	330	550	788	1.451	1.191	1.045	1.096	1.162	761
Suco de Laranja	900	1.046	826	986	1.105	1.392	1.003	1.262	1.235	1.019

Carne Bovina (5)	1.146	1.224	1.333	1.334	1.297	1.509	1.563	1.598	1.907	2.170
Fumo em Folhas	681	804	697	694	769	1.029	1.091	940	893	813
<i>Sub-total Prod.Primários e Semi-Elaborados</i>	<i>6.901</i>	<i>7.461</i>	<i>8.016</i>	<i>10.776</i>	<i>10.985</i>	<i>11.836</i>	<i>13.641</i>	<i>12.400</i>	<i>11.538</i>	<i>10.830</i>
Calçados e prod. de couro	1.284	1.526	2.002	1.674	1.550	1.712	1.633	1.454	1.409	1.617
Papel e celulose	1.242	1.450	1.516	1.794	2.705	1.935	1.991	1.979	2.144	2.543
Produtos têxteis	1.188	390	286	334	425	311	278	254	221	285
<i>Sub-total Prod.Agric. Industrializados</i>	<i>3.714</i>	<i>3.366</i>	<i>3.804</i>	<i>3.802</i>	<i>4.680</i>	<i>3.958</i>	<i>3.902</i>	<i>3.687</i>	<i>3.775</i>	<i>4.446</i>

Fonte: SECEX/MDIC

(1) Inclusive solúvel; (2) Grão+farelo+óleo; (3) Grãos+manteiga+licor+torta; (4) Cristal+demerara+refinado; (5) Inclui miúdos comestíveis e conservas.

ANEXO 3 - SALDO DA BALANÇA COMERCIAL AGRÍCOLA BRASILEIRA COM OS BLOCOS ECONÔMICOS (VALORES EM MIL US\$ FOB).

EXPORTAÇÕES							
Blocos Econômicos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
União Européia	4.680.337	4.342.159	4.689.937	4.726.895	6.308.976	5.859.609	6.383.594
Mercosul	119	233	416	577	673	784	884
Estados Unidos	946.303	937.480	893.553	824.331	847.596	785.002	960.409
Japão	486.751	445.729	507.190	526.720	789.150	845.255	895.450
China(incl. Hong Kong)	228.696	149.448	143.020	116.451	536.969	845.557	835.430
Tigres Asiáticos	121.162	115.162	132.246	107.893	142.573	228.930	424.071
NAFTA	925.470	986.042	1.003.668	970.232	1.090.841	915.300	1.028.535
ALCA	1.079.472	1.272.058	1.452.375	1.500.887	1.699.363	1.631.143	1.865.335
IMPORTAÇÕES							
União Européia	369.108	550.560	388.850	330.621	505.413	960.564	787.120
Mercosul	1.385	1.288	1.302	1.655	2.340	3.185	3.646
Estados Unidos	266.392	240.018	82.302	94.496	572.186	624.460	472.772
Japão	3.276	6.257	4.257	3.040	3.826	6.908	7.233
China(incl. Hong Kong)	14.016	8.437	7.776	42.119	39.613	40.314	46.243
Tigres Asiáticos	2.369	11.039	6.136	1.108	8.819	6.579	10.957
NAFTA	225.943	259.238	84.451	95.402	361.350	544.263	679.802
ALCA	1.205.784	1.074.708	658.867	971.309	1.660.292	2.350.162	3.064.026
SALDO							
União Européia	4.311.229	3.791.599	4.301.087	4.396.274	5.803.563	4.899.045	5.596.474
Mercosul	-1.266	-1.055	-885	-1.076	-1.667	-2.401	-2.762
Estados Unidos	679.911	697.462	811.251	729.835	275.410	160.542	487.637
Japão	486.751	439.592	502.933	523.680	785.328	838.347	888.217

China (incl. Hong Kong)	214.680	141.011	135.244	-3.511	497.356	805.243	789.187
Tigres Asiáticos	118.793	104.859	206.227	202.237	239.692	345.123	413.114
NAFTA	699.527	726.804	919.217	874.830	729.491	371.037	348.733
ALCA	-126.312	197.350	793.508	529.578	39.071	-719.019	-1.198.691

FONTE: SECEX, VÁRIOS VOLUMES e SANTO & SEVERO, 1997.

Tabela 12 B - Saldo da balança comercial agrícola brasileira com os blocos econômicos (valores em mil US\$ FOB).

EXPORTAÇÕES					
Blocos Econômicos	1997	1998	1999	2000	2001
União Européia	4.341.054	3.778.444	3.467.378	3.502.641	3.935.047
Mercosul	1.064.457	1.104.857	701.325	765.653	720.742
Estados Unidos	973.749	804.981	834.445	662.997	565.039
Japão	674.822	554.412	516.108	477.007	502.007
China (incl. Hong Kong)	443.245	270.619	271.986	248.073	273.930
Tigres Asiáticos	440.527	425.494	385.110	393.564	488.435
NAFTA	1.167.109	972.509	1.077.897	931.923	883.803
ALCA	2.067.630	1.970.837	1.663.401	1.527.472	1.527.118
IMPORTAÇÕES					
União Européia	428.085	397.502	277.869	284.945	293.397
Mercosul	3.635.227	3.951.034	2.883.210	2.901.109	2.354.088
Estados Unidos	239.041	292.757	120.273	64.031	61.339
Japão	5.023	4.338	3.323	2.720	3.321
China (incl. Hong Kong)	37.169	25.587	23.280	13.759	11.580
Tigres Asiáticos	18.521	35.263	8.939	10.497	5.577
NAFTA	339.650	298.080	178.310	104.651	77.377
ALCA	2.740.711	3.143.848	2.327.365	2.274.137	1.846.079
SALDO					
União Européia	3.912.969	3.380.942	3.189.509	3.217.696	3.641.650
Mercosul	-2.570.770	-2.846.177	-2.181.885	-2.135.456	-1.633.346
Estados Unidos	734.708	512.224	714.172	598.966	503.700
Japão	669.799	550.074	512.785	474.287	498.686
China (incl. Hong Kong)	406.076	245.032	248.706	234.314	262.350
Tigres Asiáticos	422.006	390.231	376.171	383.067	482.858
NAFTA	827.459	674.429	899.587	827.272	806.426
ALCA	-673.081	-1.173.011	-663.964	-746.665	-318.961

FONTE: ALICEWEB, SECEX, VÁRIOS VOLUMES.